

# jornal da tarde

Publicado pela S.A. O Estado de S. Paulo  
Av. Engenheiro Caetano Álvares, 55, tel.: 856-2122 (PABX).



JÚLIO MESQUITA  
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA  
(1927 - 1969)

**Diretor Responsável**

**RUY MESQUITA**

**Directores**

- José Vieira de Carvalho Mesquita
- Júlio de Mesquita Neto
- Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
- Ruy Mesquita
- César Tácito Lopes Costa
- José M. Homem de Montes
- Oliveiros S. Ferreira

## O "mal menor" neste início da Constituinte

Depois de um grande susto e nervosas negociações no final da semana que passou, a Assembléia Nacional Constituinte, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal irão iniciar suas atividades num clima de tranquilidade e cordialidade. O deputado Ulysses Guimarães assegurou, como pretendia, as presidências da Câmara e da Constituinte, dentro da tese, encampada pelo Palácio do Planalto, de que, para não tumultuar os trabalhos da Assembléia, seria de todo imprescindível que ela e a Câmara fossem dirigidas pela mesma pessoa. A eleição de Ulysses, mais a normalidade em que transcorreu a escolha dos dirigentes do Senado, não devem iludir nem o Palácio do Planalto nem as lideranças partidárias. As dificuldades e a confusão que marcaram este início de ano político estão longe de terem sido definitivamente superadas.

A ampla vantagem que o dr. Ulysses acabou conseguindo contra o seu oponente na luta pela presidência da Câmara (o trêfego ex-ministro Fernando Lyra) não significa, de forma alguma, que o presidente do PMDB tenha confirmado sua liderança política sobre o Legislativo brasileiro e, menos ainda, que a vitória tenha sido uma demonstração da unidade e da pujança do PMDB. Houve um momento em que os patrocinadores da candidatura do dr. Ulysses temeram por sua sorte e um amplo esquema de proteção foi montado, envolvendo a poderosa máquina peemedebista e o peso do governo federal. As ambições mal disfarçadas do presidente do PMDB e a evidente inconstitucionalidade de sua reeleição à presidência da Câmara explicam alguns votos perdidos. Mas não o susto total que ele e o governo passaram. A inconseqüência e a irresponsabilidade do adversário, como observou o senador Roberto Campos, salvaram o dr. Ulysses:

"O voto dado ao dr. Ulysses equivale a começar a Constituinte por uma inconstitucionalidade. Pior, porém, seria entregar a presidência da Câmara ao radicalismo infanto-juvenil do deputado Fernando Lyra. O mal menor, portanto, é começar a Constituinte por uma inconstitucionalidade".

O que aconteceu nesse episódio, na verdade, foi uma contestação da liderança do dr. Ulysses. E, com ela, uma contestação de todas as velhas lideranças partidárias. Ao insistir com as duas postulações de Ulysses, governo e PMDB confessaram abertamente que não tinham outras opções, desnudaram sua pobreza de quadros. Depois do que se passou nesses dias, ficou evidente demais que não há líderes nem articuladores políticos no governo e nos partidos em condições de estabelecer alguns princípios e determinar alguns caminhos a serem seguidos pela massa disforme — e ainda desconhecida em grande parte — dos 559 constituintes. As aspirações de independência dos parlamentares, principalmente dos novatos, são muito fortes. Há uma desconfiança generalizada em relação às antigas lideranças e ao atual sistema de alianças no Congresso e no Executivo. Por isso, o potencial de rebelião desta Constituinte é explosivo.

Esse fato ficou mais do que comprovado numa reunião da bancada do PMDB na Câmara, que quase provocou uma crise institucional de graves seqüências. A reunião era de rotina, convocada para que a bancada pudesse dar seu aval à candidatura de Ulysses Guimarães à presidência da Câmara, numa tentativa de afastar Fernando Lyra da disputa. Depois de aprovarem o nome de Ulysses, os 214 deputados peemedebistas presentes (de um total de 259) aprovaram, por ampla maioria — 171 votos a 4 —, uma moção proposta pela bancada do Rio Grande do Sul, suspendendo as atividades da Câmara e do Senado durante o funcionamento da Constituinte. No princípio, o tema não empolgou muito a bancada, mas a ação dos deputados de primeiro mandato acabou revertendo esta tendência e levando de roldão todo mundo.

Era a vitória da Constituinte exclusiva, tese rejeitada quando da votação da emenda constitucional de convocação desta Assembléia instalada domingo. Mas era muito mais. Na realidade, se a proposta vitoriosa na reunião da bancada do PMDB fosse depois aprovada no plenário da Constituinte — e, em princípio, as chances de aprovação eram grandes, devido à tranqüila hegemonia do PMDB — teríamos assistido a uma transferência do poder no Brasil, sem nenhuma eleição ou revolução. A um verdadeiro golpe. A Constituinte passaria a ser o poder máximo no País, sobrepondo-se ao Executivo e ao Judiciário e submetendo-os à vontade soberana da Assembléia.

Com a Câmara e o Senado funcionando normalmente, cumprindo suas obrigações de votar projetos de lei, analisar decretos-leis, propor mudanças na atual Constituição, a Constituinte ficaria limitada à discussão e votação da futura Carta. Sem essas duas casas funcionando, como pretendia parte do PMDB, todas as atribuições legislativas passariam a ser exercidas também pela Assembléia. E como uma Assembléia Nacional Constituinte pode tudo, até restabelecer no País a monarquia, ela assumiria imediatamente todos os poderes da República.

Tudo passaria a ter o caráter da precariedade: a Constituição vigente, as leis ordinárias, as instituições nacionais, o mandato do presidente, as atribuições das Forças Armadas etc. Todo o ordenamento jurídico do País estaria à mercê da vontade dos constituintes, que poderiam ir alterando os dispositivos legais e as normas constitucionais que consideraram ultrapassados ou contrários às posições político-ideológicas da maioria, antes de completar a elaboração da nova Constituição. Nessas condições, o Executivo e o Judiciário se tornariam meros executores das ordens da Assembléia, meras repartições administrativas.

Uma situação como essa só é admissível quando há uma ruptura total da ordem constituinte, enfim, após uma revolução. O que não é, de forma alguma, o caso brasileiro. A transição brasileira é fruto de um compromisso e de um consenso.

Esta primeira ameaça de tomada do poder pelos constituintes foi conjurada. O perigo de que as tentativas se renovem não está, porém, definitivamente afastado. Sem lideranças partidárias confiáveis, com um governo que não se entende internamente, a Constituinte é uma aposta no escuro. O presidente Sarney e os políticos nos quais ele confia precisam acertar suas divergências, esquecer suas postulações de caráter puramente pessoal e concentrar suas forças para combater outras investidas idênticas que virão a seguir, logo que as esquerdas descubram a propensão à rebeldia dos novatos.